

# SUMÁRIO

---

---

PREFÁCIO .....	xvii
INTRODUÇÃO .....	1

## PARTE A

### NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E MEIO AMBIENTE

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS E O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....	7
1.1. Noções Fundamentais .....	7
1.1.1. Noção de sistema.....	7
1.1.2. Conceito de norma jurídica e princípios jurídicos.....	10
1.2. Sistema constitucional tributário brasileiro.....	19
1.2.1. Princípios tributários.....	19
1.2.2. Competência tributária .....	20
1.3. O conceito de tributo.....	24

1.3.1. Tributo: conceito fundamental.....	24
1.3.2. O conceito constitucional de tributo.....	27
1.3.3. Crítica ao artigo 3º do Código Tributário Nacional.....	31
1.4. Classificação dos tributos .....	33
1.4.1. O ato de classificar .....	33
1.4.2. A importância da classificação e do estudo das espécies tributárias .....	36
1.4.3. Critérios para classificação das espécies tributárias .....	38
1.4.3.1. A grande divisão na doutrina.....	38
1.4.3.2. Critérios intranormativo e internormativos de classificação dos tributos.....	39
1.5. As espécies tributárias .....	45
1.5.1. Imposto.....	45
1.5.2. As taxas .....	50
1.5.3. Contribuição de melhoria.....	55
1.5.4. Empréstimo compulsório .....	58
1.5.5. As contribuições .....	62
<b>2. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO AMBIENTAL.....</b>	<b>69</b>
2.1. O conceito de meio ambiente.....	69
2.2. Classificação do meio ambiente.....	74
2.3. Princípios gerais do direito ambiental .....	78
2.4. Apontamento sobre o conteúdo jurídico da expressão “ecologicamente equilibrado” prevista no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 .....	80

## **PARTE B**

### **DIRETRIZES PARA A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL**

<b>3. O MEIO AMBIENTE COMO PRINCÍPIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E AS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS – EXTRAFISCALIDADE .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

3.1. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica nacional.....	89
3.2. Normas tributárias indutoras – a extrafiscalidade dos tributos .....	98
<b>4. O PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR NO DIREITO AMBIENTAL E SUA APLICAÇÃO AOS TRIBUTOS.....</b>	<b>109</b>
4.1. O princípio do poluidor-pagador no direito ambiental .....	109
4.2. Aplicação do princípio do poluidor-pagador às exigências tributárias por intermédio da internalização dos custos ambientais e outros expedientes tributários.....	116
4.3. Cotejo dos princípios do poluidor-pagador e da capacidade contributiva.....	127

## PARTE C

# AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS E A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

<b>5. AS IMPLICAÇÕES DAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS NOS CHAMADOS TRIBUTOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>135</b>
5.1. Compreensão acerca dos tributos ambientais .....	135
5.2. A tributação ambiental à luz das espécies tributárias no Brasil.....	142
5.2.1. Impostos .....	142
5.2.1.1. Impostos federais .....	147
5.2.1.1.1. Imposto de importação e exportação – II e IE... ..	147
5.2.1.1.2. Imposto de renda e proventos de qualquer natureza – IR .....	150
5.2.1.1.3. Imposto sobre produtos industrializados – IPI ..	155
5.2.1.1.4. O imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR.....	161

5.2.1.2. Impostos estaduais.....	164
5.2.1.2.1. Imposto sobre doações de quaisquer bens ou direitos – ITD.....	164
5.2.1.2.2. Imposto relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.....	165
5.2.1.2.2.1. O ICMS e o gás liquefeito de petróleo – distinção tributária em razão da origem (GLP-P e GLP-GN).....	170
5.2.1.2.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.....	173
5.2.1.3. Impostos municipais.....	177
5.2.1.3.1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU.....	177
5.2.1.3.2. Imposto sobre a transmissão de bens <i>inter vivos</i> – ITBI.....	178
5.2.1.3.3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN.....	179
5.2.1.4. Competência impositiva residual.....	183
5.2.1.5. Conclusão acerca dos impostos como instrumento de orientação para condutas ecologicamente equilibradas.....	185
5.2.2. As taxas.....	187
5.2.2.1. Exemplos de taxas ambientais.....	196
5.2.2.1.1. Taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA) – Lei 10.165/2000.....	196
5.2.2.1.2. Taxa de preservação ambiental de Fernando de Noronha – Lei Estadual 10.403/89.....	200
5.2.2.1.3. A taxa de preservação ambiental – TPA – do município de Ilhabela.....	206
5.2.2.1.4. A extinta taxa de resíduos sólidos domiciliares do Município de São Paulo – Taxa do Lixo.....	213
5.2.2.2. Conclusão acerca das taxas como instrumento de orientação para condutas ecologicamente equilibradas.....	218

5.2.3. Contribuição de melhoria.....	220
5.2.4. Empréstimo compulsório .....	221
5.2.5. Contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE .....	222
5.2.5.1. A regra-matriz de incidência da CIDE-combustíveis.....	225
5.2.5.2. A destinação dos valores da CIDE-combustíveis e a proteção do meio ambiente .....	228
5.2.6. Considerações sobre o critério quantitativo dos tributos ambientais .....	232
5.2.7. Proposta de Emenda Constitucional para Reforma do Sistema Tributário Nacional .....	236
5.2.8. Conclusão quanto à possibilidade de cada espécie tributária ser utilizada como instrumento de proteção ambiental .....	243

## **6. ANÁLISE DE ALGUMAS EXIGÊNCIAS ESTATAIS VINCULADAS AO MEIO AMBIENTE E A REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – O CASO DO ICMS ECOLÓGICO .....**

6.1. Exigências estatais vinculadas ao meio ambiente .....	247
6.1.1. A natureza jurídica da compensação ambiental veiculada pela Lei 9.985/2000 (“Compensação Financeira SNUC”) .....	247
6.1.2. A natureza jurídica da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) .....	261
6.1.3. A taxa anual, por hectare, prevista no Código de Mineração.....	267
6.1.4. A Lei 11.116/2005 e o tratamento tributário conferido ao biodiesel.....	269
6.1.5. A contribuição Seguro Acidente do Trabalho (SAT) e a sua intervenção no meio ambiente do trabalho .....	272
6.1.6. Cobrança da água .....	276
6.1.7. A tributação da atividade de reciclagem.....	282

6.2. Repartição das receitas tributárias e a preservação do meio ambiente.....	289
--	-----

## **7. INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CIDADE – PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO ..... 297**

7.1. O Estatuto da Cidade.....	297
7.2. Instrumentos tributários previstos no Estatuto da Cidade.....	300
7.2.1 O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU .....	300
7.2.1.1. O IPTU progressivo em razão da localização e uso do imóvel.....	307
7.2.1.2. O IPTU progressivo no tempo.....	309
7.2.1.2.1. A impossibilidade da lei ordinária veicular critérios para a progressividade do IPTU.....	318
7.2.2. A contribuição de melhoria .....	322
7.2.3. Incentivos fiscais e benefícios financeiros previstos no Estatuto da Cidade.....	327
7.2.3.1. Limitações da lei de responsabilidade fiscal .....	329
7.2.4. O artigo 47 do Estatuto da Cidade – A tributação de lotes não regularizados .....	336
7.2.5. Conclusão acerca dos instrumentos tributários expressamente referidos no Estatuto da Cidade.....	341
7.3. A outorga onerosa do direito de construir (solo criado).....	342
7.3.1. A outorga onerosa do direito de construir disciplinada no Estatuto da Cidade.....	343
7.3.2. A tese da natureza tributária da outorga onerosa.....	347
7.3.3. O histórico do instituto e a função social da propriedade.....	351
7.3.4. A distinção entre a transferência do direito de construir e o solo criado .....	356

7.3.5. Nosso posicionamento: a natureza de taxa decorrente do exercício do poder de polícia da contraprestação paga pelo particular na hipótese de outorga onerosa do direito de construir .....	359
--	-----

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>365</b>
---	------------